

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 984/XII/3.<sup>a</sup>

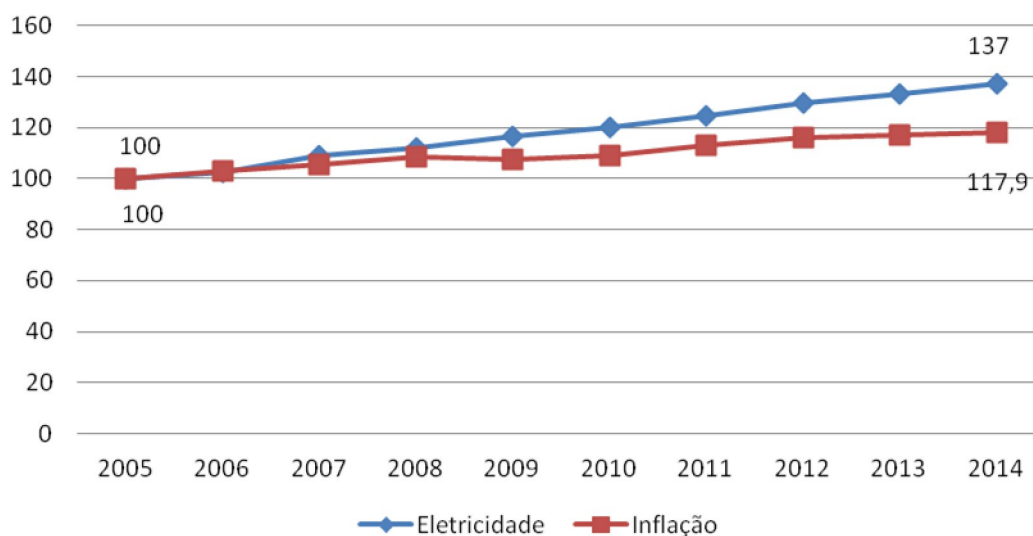
### RECUSA O PAGAMENTO DO DÉFICE TARIFÁRIO PELOS CONSUMIDORES

A eletricidade é a fonte de energia mais utilizada nos lares portugueses. O mercado da eletricidade é igualmente um dos mais protegidos, onde operam poucas empresas com enormes taxas de rentabilidade. Nas suas atividades reguladas, a EDP, a REN, a EEM e a EDA têm taxas de rentabilidade, fixadas pela Entidade Reguladora do Setor Energético (ERSE), de 9%. Nas atividades não reguladas, em particular na produção, as taxas podem ser superiores.

Apesar das elevadas taxas de lucratividade do setor, surgiu, a partir de 2006, uma poderosa campanha em torno da ideia de défice tarifário da eletricidade. Tendo a EDP como principal protagonista, as empresas começaram a reivindicar serem compensadas pela hipotética perda de lucros decorrente da diferença entre o preço de venda e o custo de produção.

O défice tarifário é uma construção utilizada para justificar sucessivos aumentos dos preços da eletricidade, muito para além da inflação. Mesmo excluindo o aumento do IVA de 6% para 23%, entre 2006 e 2013 os preços aumentaram 37%. Enquanto isso, a inflação acumulada foi de 17,3%. Segundo o Eurostat, desde que o Governo PSD/CDS tomou posse, os preços sem impostos cresceram 19%.

## Índice evolução preços sem impostos



Apesar disto, segundo a ERSE, os portugueses deviam, no final de 2013, 3.677 milhões de euros às empresas de eletricidade. No final de 2014, mesmo com a proposta de aumento do preço em 2,8% no primeiro trimestre, quase quatro vezes o valor da inflação, o montante do défice tarifário será de 4449 milhões.

A maior parte deste montante, 97%, refere-se a montantes acumulados em dívida à EDP. Os dados da ERSE são claros: parte desta dívida já foi inclusive titularizada e vendida a fundos de investimento, como o Tagus S.A. (Deutsche Bank), e a bancos, como a Caixa Geral de Depósitos, o Santander e o BCP.

Esta dívida foi construída com base em falsos argumentos. Apesar de os cidadãos em Portugal suportarem uma das faturas energéticas mais caras da Europa em paridade de poder de compra, as empresas do setor da energia queixam-se, desde 2006, que o preço pago pelos consumidores não reflete os custos reais. No mesmo período, a EDP acumulou 8,2 mil milhões de euros, dos quais cerca de 4,5 mil milhões provenientes da atividade doméstica. Só em 2013, em plena crise, a EDP acabou de anunciar mais de 1.000 milhões de euros de lucros. A EDP acumula lucros colossais à custa dos contribuintes que, no final do dia, ainda ficam a dever dinheiro.

No Estado Espanhol, o Supremo Tribunal decidiu responsabilizar as empresas elétricas pelo défice tarifário, que ascende a 26 mil milhões, eliminando a garantia pública de que beneficiavam.

Os lucros dos grandes grupos elétricos provêm diretamente dos preços praticados no mercado, regulado ou não, mas não só. Porque operam e controlam um setor estratégico, beneficiam de um conjunto de mecanismos, decididos administrativamente, que inflacionam os seus lucros e reduzem o risco de atividade para zero. Estes mecanismos estão desenhados para garantir que, apesar da liberalização do mercado, estas empresas nunca perdem o nível de rentabilidade que tinham quando eram monopolistas. O Estado abdicou dos seus lucros e agora paga para garantir os lucros de meia dúzia de multinacionais privadas.

O Bloco de Esquerda rejeita a ideia do défice tarifário. Cabe ao Estado regular e gerir o setor, garantir a sua sustentabilidade no longo prazo, bem como o acesso de todos os cidadãos a um bem que deve ser público e universal; e não assegurar as rendas milionárias de algumas multinacionais, endividando os consumidores.

O Governo já admitiu que todos os anos irá aumentar o preço da eletricidade entre 1,5% a 2% acima da inflação, apenas para pagar uma dívida tarifária que, segundo os dados da EDP, irá aumentar para 5,5 mil milhões de euros em 2015. Deste total, 4,9 mil milhões serão pagos até 2020.

No total, cada consumidor doméstico irá suportar cerca de 1.043 euros desta dívida. A EDP, como sempre, será a grande beneficiária. Com esta transferência gigantesca de rendimentos dos cidadãos para o capital, a elétrica poderá continuar a alimentar os seus lucros e a aumentar as elevadas taxas de rentabilidade dos seus acionistas.

Se nos últimos dez anos os preços subiram 19,1 pontos percentuais acima da inflação, esta distorção tarifária irá perpetuar-se pelo menos até 2020. Pagam os cidadãos, ganha a EDP.

Para além de impor justiça no mercado da eletricidade, a medida agora proposta, evitará o aumento das tarifas em 13,9 pontos percentuais acima da inflação no futuro.

O Bloco de Esquerda recusa a dívida tarifária como mais um mecanismo para garantir a transferência direta de rendimentos dos cidadãos para os grandes grupos económicos.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Recuse o pagamento da dívida tarifária da eletricidade através da transferência de recursos públicos ou da repercussão da mesma no preço final pago pelos consumidores, por forma a evitar a perpetuação da distorção tarifária.

Assembleia da República, 14 de março de 2014.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,